Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Machismo faz vítimas entre magistradas

Quase um terço de juízas e desembargadoras já sofreu assédio sexual e 54% passaram por algum constrangimento no trabalho

» ÂNDREA MALCHER



O perfil das magistradas e o que elas enfrentam nos espaços de atuação profissional foi objeto de uma pesquisa conduzida pelo Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB). Divulgado no Dia Internacional das Mulheres, o relatório *Perfil das Magistradas Brasileiras e Perspectivas Rumo à Equidade de Gênero nos Tribunais* aponta que, entre juízas, desembargadoras e ministras de Tribunais Superiores, 27% já foram vítimas de assédio sexual e pelo menos 54,7% sofreram algum tipo de constrangimento ou discriminação no trabalho por serem mulheres. Das ações, 38,2% foram causadas por homens.

O levantamento foi realizado entre 22 de junho e 1º de agosto do ano passado e foi embasado em questionários, respondidos por 1.451 magistradas, na ativa ou aposentadas, e compostos por 103 questões, com perguntas abertas e fechadas. Os resultados revelaram características gerais das mulheres na carreira jurídica.

É o primeiro levantamento do Judiciário brasileiro com o recorte específico de gênero. Estiveram à frente da pesquisa as juízas Eunice Maria Batista Prado, Priscilla Pereira da Costa Corrêa, Mariana Rezende Ferreira Yoshida e Maria Domitila Prado Manssur.

"Essa pesquisa é fruto de um esforço coletivo para, mediante dados e evidências estatísticas seguras, apontar caminhos rumo à adequada representatividade feminina, dando uma efetiva contribuição prática ao aprimoramento do Poder Judiciário", observou Eunice Maria Batista Prado na apresentação do estudo.

O levantamento aponta que 48,7% das respondentes sofreram algum nível de preconceito ou discriminação no exercício da profissão, com 10,3% pela razão do cabelo, fenótipo ou tom da pele. Outros dados que chamam atenção é de que 99,2% das magistradas não ingressaram na graduação de direito por algum sistema de cotas, frente à constatação do relatório de que 79,7% das mulheres se identificam como brancas e 56,7% residem nas regiões Sudeste e Sul.

O relatório destaca a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 203, de 2015, que trata da reserva às pessoas negras de 20% das vagas nos concursos públicos para a magistratura, como uma das estratégias de aproximar a realidade brasileira aos postos de trabalho no âmbito da Justiça.

"É preciso aumentar mais rápido o número de magistradas que conseguem transpor o chamado teto de vidro, alcançar os níveis rumo ao topo da carreira e respirar o ar rarefeito das altas esferas do Poder Judiciário, que ainda são de ampla presença masculina, em descompasso com a maioria da população brasileira, que é de mulheres", reforçou Eunice Maria.

Os resultados apurados pintam um cenário complexo, permeado de dificuldades cotidianas muitas vezes despercebidas. Ao serem questionadas sobre situações específicas do dia a dia, 70,5% afirmaram já terem sido interrompidas por um homem enquanto falavam e 47,7% alegaram já terem tido a inteligência subestimada, como se fossem incapazes de entender. Piadas sexistas também fazem parte do ambiente de trabalho destas mulheres, com 54% afirmando terem presenciado atos do tipo, enquanto 46,7% das magistradas declararam já terem sido rotuladas como agressivas ao demonstrar assertividade e segurança.

"Neste sentido, o micromachismo pode ser visto como um comportamento individual de desvalorização das mulheres, isto é, um conjunto de dispositivos que se manifestam em atitudes, predominantemente, automatizadas na vida social", diz o relatório, que explicita a questão, ainda, de mais da metade das juízas, 55%, apresentarem a sensação de que precisavam trabalhar mais e melhor do que seus pares para serem reconhecidas.

O relatório observa, no entanto, que a equidade de gênero deve vir amparada por uma atenção a outras questões que ultrapassam os indivíduos. "A pesquisa demonstrou, portanto, que o quantitativo de juízas pardas, pretas, amarelas e indígenas no Poder Judiciário é ainda muito menor quando comparado ao número de magistradas autodeclaradas brancas", pontua o relatório. "Tal estado de coisas alerta para a chamada discriminação interseccional, que foi lembrada por respondentes em uma das questões abertas e permite verificar como os marcadores gênero e raça atuam em conjunto para restringir o acesso das mulheres pretas e pardas aos cargos da magistratura."

»Entrevista | CÉLIA XAKRIABÁ | COORDENADORA DA FRENTE PARLAMENTAR INDÍGENA

Luta pela demarcação de terras

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Deputada do PSol-MG acredita na força da mobilização popular

» ISABEL DOURADO*

Eleita pelo PSol de Minas Gerais com 101.154 mil votos, a deputada federal Célia Xakriabá coordena a recém-lançada Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Uma das principais propostas dela é trabalhar em pautas que agilizem a demarcação dos territórios indígenas, processo que, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, ficou totalmente estagnado. Além de avançar no diálogo com órgãos do Executivo federal, como Funai, Ibama e Instituto Chico Mendes, a deputada pretende conscientizar a maioria dos parlamentares para a questão indígena e ambiental, uma questão, lembra, que transcende partidos. Veja pontos da entrevista concedida ao ***Correio****:*

Quais são as pautas mais importantes para serem aprovadas neste primeiro ano de governo Lula?

Uma das pautas principais é o compromisso da demarcação dos territórios indígenas. Nessa casa, tramitam muitos processos que trazem retrocesso nessa questão. Como PL 490, que coloca em risco a demarcação dos territórios indígenas, para o qual existe pedido de tramitação em regime de urgência. O PL aplica a tese do marco temporal dado em um parecer da AGU (Advocacia-Geral da União), em um processo de repercussão geral, relativo ao território indígena Xokleng, em Santa Catarina, que tramita no STF. O parecer diz que somente devem ser reconhecidos territórios indígenas promulgados até a Constituição Federal de 1988. Isso não só permite ao estado reaver territórios indígenas já demarcados, como ameaça outras demarcações.

Há outras prioridades?

Nosso mandato também tem foco na questão ambiental e territorial. Como o caso do rastreamento do ouro, que era um projeto de lei da deputada Joênia Wapichana (Rede -RR). Se a gente não busca essa rastreabilidade, não consegue avançar na política antidesmatamento, antigarimpo, antimineração. Nós também temos como como prioridade a PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial no Território Indígena) que é um decreto antigo da presidente Dilma (Rousseff). Para o ministério e a Funai avançarem numa política efetiva, é preciso que seja lei, porque um decreto pode ser derrubado a qualquer momento.

Como a bancada articula com deputados e senadores a aprovação das pautas indígenas no Congresso?

Temos buscado sensibilizar. A frente parlamentar foi um feito importante. Conseguimos 203 assinaturas na Câmara e no Senado. Quando a gente pega quem assinou a frente parlamentar, vê que é um compromisso além de partidos progressistas. Queremos abrir diálogo sobre questões ambientais e territoriais. Nós, povos indígenas não somos nem 1% da população brasileira. Nós somos 5% da população do mundo e protegemos mais de 80% da biodiversidade. Já foi reconhecido pela ONU que a demarcação dos territórios indígenas significa a solução número um para barrar a crise climática.

Se o marco temporal for aprovado, como ficará a situação?

Nós acreditamos que vai ter muita luta, sobretudo num Congresso que tem pautas de interesse econômico e político diferentes. Com o Executivo, existe a possibilidade de diálogo. Quando nos perguntam como vamos fazer se somos minoria do lado de dentro, eu sempre digo que o poder, pra nós, não é somente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A luta é o quarto poder. A pressão popular muda o processo de decisão. Acreditamos no nosso poder, na nossa voz de sensibilização aqui dentro e do lado de fora.

Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo